



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, consistente em ações formativas, consultivas, preditivas e preventivas à Secretaria Municipal da Educação de Cândido Rodrigues, por meio de profissionais habilitados e experiente em direito e gestão educacional, nos termos e formas previstas neste Termo de Referência.

1.2. O serviço consiste em suporte especializado e formações, prestados durante reuniões periódicas presenciais e *online*, assim distribuídas:

- 24 (vinte e quatro) horas presenciais ao longo de 12 (doze) meses, distribuídas em 4 (quatro) visitas previamente agendadas com duração de 6 (seis) horas, destinadas à formação de técnicos, gestores e membros de colegiados sociais e educacionais da rede de ensino;
- Reuniões de trabalho (*online*) com até 2 (duas) horas de duração, com periodicidade quinzenal, para tratar temas relacionados ao acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos de gestão da Secretaria Municipal da Educação e dos programas governamentais da União (MEC/FNDE) e do Estado de São Paulo (SEE/SED/São Paulo sem Papel);
- Atendimento às consultas e demandas formalizadas pela Secretaria por canais usuais de comunicação, de modo contínuo e permanente, acessível durante o expediente do órgão ao longo de toda a vigência contratual;
- Desenvolvimento de trabalhos técnicos demandados pela Secretaria Municipal de Educação, a partir da sede da empresa contratada.

1.3. A consultoria deverá abranger atividades formativas, consultivas, preditivas e preventivas nas seguintes áreas da gestão administrativo-educacional:

- Interpretação e aplicação da legislação infraconstitucional afeta à educação pública, aos profissionais da educação, à inclusão e matérias correlatas, bem como de outros normativos, pareceres e indicações dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, e instâncias de controle;
- Efetivação do Plano de Ações Articuladas (PAR) 2025, e monitoramento de iniciativas e pendências de planos anteriores;
- Operação de ferramentas institucionais de gestão dos governos federal e estadual no campo da Educação: (MEC/FNDE) SIMEC, SIGPC, BB Gestão Ágil, Transferegov) e (SEE/FDE) SP SEM PAPEL;
- Decisão estratégica sobre a adesão/pactuação, desenvolvimento, gestão, aplicação de recursos e prestação de contas de programas educacionais federais e estaduais;
- Análise diagnóstica e ações em prol do cumprimento das condicionalidades de elegibilidade para o recebimento do recurso VAAR;
- Fortalecimento à atuação dos conselhos setoriais (CME, CAE, CACS - Fundeb), conselhos de escola e associações de pais e mestres (APMs), por meio de capacitação dos membros e orientação quanto às rotinas de instituição/constituição,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

atos registrais e expedientes formais de funcionamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

A gestão educacional municipal demanda planejamento qualificado, domínio técnico e aderência rigorosa às normas legais e às políticas públicas. Em Cândido Rodrigues, essa necessidade é ainda mais premente, considerando os desafios de integração aos programas estaduais e federais e a carência de apoio institucional suficiente por parte da União. A ausência de suporte técnico especializado compromete a capacidade de execução eficaz das políticas públicas educacionais.

O cenário nacional tem se transformado com rapidez, exigindo das secretarias municipais atualização constante e domínio de ferramentas de gestão cada vez mais complexas. Sem orientação adequada, há perda de oportunidades, riscos à legalidade dos atos e limitações no acesso a recursos financeiros essenciais. Nesse contexto, a consultoria técnica especializada torna-se um instrumento estratégico para qualificar a tomada de decisão e garantir eficiência na gestão.

A falta de normativos atualizados, a dificuldade de acompanhar exigências legais e o desconhecimento técnico sobre programas e sistemas governamentais fragilizam a atuação da Secretaria e afetam diretamente a qualidade do ensino. Com uma assessoria experiente e atuante, será possível não apenas sanar essas lacunas, mas também fortalecer os conselhos educacionais, qualificar o corpo técnico e aprimorar as rotinas administrativas da pasta.

Por fim, a contratação de empresa com expertise em direito educacional e gestão pública permitirá o desenvolvimento de soluções práticas, compatíveis com a realidade local. Trata-se de uma medida essencial para assegurar conformidade jurídica, ampliar a eficiência na gestão dos recursos e alcançar melhores resultados educacionais de forma contínua e sustentável.

Ressalta-se que nas pesquisas e no estudo técnico preliminar, restou evidente que grande número de municípios tem adotado esta solução, com sucesso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. O ciclo de vida do objeto contempla, de forma articulada, as seguintes etapas:

3.1.1. Concepção e Planejamento

A fase inicial será dedicada à organização dos trabalhos e elaboração de um plano de ação conjunto entre a empresa contratada e a Secretaria Municipal de Educação, que alinhe as necessidades locais às competências da consultoria. Esse plano deverá contemplar o cronograma das visitas presenciais, a agenda de reuniões remotas e a sistemática de atendimento às demandas da pasta, conforme detalhado neste Termo de Referência. Também deverá prever os mecanismos de acompanhamento, avaliação e ajustes ao longo da vigência.

3.1.2. Execução e entrega dos serviços

Durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, os serviços serão prestados de forma contínua e estruturada, conforme os seguintes eixos de atuação:

- Atuação presencial periódica: realização de 4 (quatro) visitas técnicas anuais, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

duração de 6 (seis) horas cada, voltadas à formação de técnicos e gestores da rede, com abordagem teórica e prática voltada aos temas prioritários da gestão administrativa e pedagógica da educação municipal;

- Reuniões técnicas online quinzenais: sessões de até 2 (duas) horas com foco no monitoramento dos trabalhos, resolução de dúvidas técnicas, orientação sobre programas e ações do MEC/FNDE e SEE/FDE/SP, bem como revisão de estratégias adotadas;
- Atendimento remoto contínuo: canal direto e ágil para resposta às consultas técnicas e jurídicas, com suporte às demandas cotidianas da Secretaria, especialmente aquelas relacionadas a atos normativos, prestação de contas, elaboração de planos e projetos, decisões estratégicas e obrigações legais vinculadas a programas e repasses;
- Produção de materiais de apoio e relatórios técnicos: sistematização das orientações, pareceres e encaminhamentos realizados ao longo da consultoria, de forma a documentar os processos de aprendizagem institucional e subsidiar a tomada de decisões da pasta.

3.1.3. Monitoramento, avaliação e ajustes

O acompanhamento da execução se dará por meio de instrumentos de controle e avaliação da qualidade e tempestividade dos serviços prestados, a serem estabelecidos no plano de trabalho. A Secretaria Municipal poderá solicitar ajustes e reorientações na prestação dos serviços, desde que compatíveis com o objeto contratado. Reuniões específicas poderão ser convocadas para avaliação dos resultados parciais e readequações de rota.

3.1.4. Prorrogação

Ao final do período de 12 (doze) meses, com base na avaliação da qualidade dos serviços, a Administração poderá optar pela prorrogação contratual, se assim concordar a empresa contratada. Nesse caso, o ciclo deve ser refeito, com o ajustamento das necessidades e objetivos para o próximo período de vigência contratual, retomando-se desde a fase Concepção e Planejamento.

3.1.5. Sustentabilidade e continuidade

Espera-se que a prestação do serviço possibilite reposicionamento organizacional e fortalecimento institucional, formação contínua da equipe técnica da Secretaria, melhoria na governança educacional e maior autonomia do ente municipal na condução de suas políticas públicas educacionais. Os efeitos esperados são duradouros, promovendo avanços na qualidade da educação, no acesso a recursos e atualização contínuos, bem como na segurança jurídica e administrativa da pasta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. O objeto da contratação é classificado como serviço técnico especializado de natureza **predominantemente intelectual**, e a necessidade determinante da contratação é permanente e prolongada no tempo, o que o define como **serviço contínuo**. Considerando as características de descrição do objeto, o **regime de contratação será de empreitada por preço global**.

4.2. Haverá inversão da fase de habilitação, tal como faculta o artigo 17, § 1º da Lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

14.133/2021, visando assegurar o julgamento de propostas advindas de empresas aptas, com **disputa pelo modo fechado**, sem lances.

4.3. A **qualificação técnica operacional da empresa** deverá ser comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por organização(ões) pública(s) ou privada(s), responsável(eis) pela gestão de rede de ensino, que demonstrem a atuação em serviço similar, de complexidade igual ou superior, ao do objeto da contratação.

4.3.1 Sendo este um serviço contínuo, exige-se que o(s) atestado(s) demonstre(m) que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos por um prazo de 3 (três) anos.

4.3.2 Destacam-se como parcelas de maior relevância, para os fins do que dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, as seguintes:

- Elaboração técnica, acompanhamento do trâmite legislativo e da implementação de políticas públicas na área da educação (Exemplos: Plano Municipal de Educação, Política de Educação em Tempo Integral, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério);
- Suporte para a elaboração do SIMEC/PAR (todas as fases) e acompanhamento durante o período de vigência do plano.

4.4. A **qualificação técnico profissional do pessoal indicado pela empresa** deverá ser comprovada por meio de indicação do número mínimo de profissionais abaixo, acompanhada dos documentos de comprovação da habilitação profissional e experiência na atuação em serviço similar de complexidade igual ou superior:

- 1 (um) profissional do direito, pós-graduado em Direito Constitucional, Direito Administrativo ou Direito Educacional, com experiência comprovada na elaboração de projetos de leis e atos normativos em matérias pertinentes à educação, na forma da descrição do objeto da contratação;
- 1 (um) profissional da educação, habilitado em gestão educacional/escolar e pós graduado em Políticas Educacionais, Políticas Públicas ou Gestão da Educação Pública, com experiência comprovada em serviços de apoio a redes de ensino, no suporte especializado para ações de planejamento, monitoramento, avaliação e atualização de planos e programas federais e estaduais na área educacional.

4.5. Demais requisitos de habilitação jurídica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira serão adstritos à documentação prevista em Lei, de acordo com a praxe.

4.6. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.

4.7. Não será admitida a subcontratação.

4.8. Será admitida a participação de consórcio de empresas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, permitida a prorrogação contratual na forma da lei, observado o período de vigência máximo decenal.

5.2. Os serviços deverão ser executados pelos profissionais indicados, de modo pessoal e direto, durante toda a vigência contratual, e eventual substituição observará o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

prescreve o § 6º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Todas as despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da contratada.

5.4. Ficará sob total responsabilidade da contratada garantir a total eficiência e qualidade dos serviços prestados.

5.5. Poderão ser agendadas visitas excepcionais pela Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, as quais serão marcadas antecipadamente e terão a duração necessária ao atendimento dos serviços estipulados para situações específicas.

5.6. Além das visitas periódicas estabelecidas nos itens anteriores, os serviços serão prestados por meio de notas técnicas, minutas, pareceres e orientações, bem como por relatórios mensais de serviços e relatórios de atividades, comprovando o serviço prestado presencialmente e as reuniões de trabalho *on-line*.

5.7. Para o atendimento à contratante e comunicações entre as partes, serão utilizadas tecnologias comuns e acessíveis de comunicação, assim compreendidas: chamadas telefônicas ou vídeochamadas, mensagens por aplicativos de mensagens instantâneas, mensagens para endereço eletrônico (e-mail), plataformas de videoconferência, e qualquer outro que se faça necessário e oportuno, desde que disponível e acessível à Administração.

5.8. O pessoal técnico indicado pela empresa poderá integrar ou não seu quadro societário, possuir vínculo contratual trabalhista ou, ainda, prestar serviço como consultores externos (alheios ao quadro da empresa), mantendo com ela vínculo mediante contrato de prestação de serviços, não trabalhista e regido pela legislação civil comum. (Súmula 25 do TCE).

5.9. Os profissionais indicados pela empresa deverão participar do serviço objeto da contratação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.10. A Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues designará pessoa do quadro que atuará como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, nos termos da Lei.

5.11. Para a realização dos serviços a empresa ser contratada obrigará-se a suportar os gastos suficientes e necessários para a execução dos mesmos, inclusive o fornecimento de veículo para viagens, despesas de deslocamentos e estadias durante o período de vigência contratual, considerando-se como despesas de viagens os pagamentos de pedágios, as despesas com refeições, o consumo de combustível e o desgaste de veículos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

6.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a efetiva realização do serviço de acordo com as condições pré-estabelecidas na proposta comercial



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

e neste termo de referência, atestada pelo gestor do contrato.

7.3. O pagamento dar-se-á em parcelas iguais, mensais e sucessivas, durante todo o período de vigência contratual, mediante apresentação de relatório de execução do serviço, aceito pelo fiscal do contrato, e Nota Fiscal eletrônica referente a cada parcela.

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados (retenção do pagamento);
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida (retenção do pagamento ou glosa proporcional ao prejuízo aferido pela contratante, não superior a 50%, sem prejuízo da imposição de outras penalidades);
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada (glosa proporcional ao prejuízo aferido pela contratante e, caso determinante de efetivo prejuízo, resolução contratual, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades).

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da **proposta de menor preço global**.

8.2. Serão julgadas apenas as propostas de preço das proponentes **previamente habilitadas**, nos termos do que faculta o artigo 17, § 1º da Lei 14.133/2021.

8.3. Preliminarmente à aferição dos documentos de habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-
- Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>); e
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

fornecimento similares, dentre outros.

8.3.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.4. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e nos documentos entregues pelo proponente, no que tange à habilitação técnica, na forma prevista no Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e deste Termo de Referência.

8.4.1. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.9. Habilitação Jurídica:

8.9.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.portaldoempreendedor.gov.br>;

8.9.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.9.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.10. Habilitação técnica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

8.10.1. Certidão(ões) ou atestado(s), regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior, em períodos sucessivos, por um prazo de 3 (três) anos.

8.10.2. Declaração por meio da qual a empresa indique o pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, composta por, no mínimo, um de cada dos seguintes profissionais:

8.10.2.1. Bacharel em direito ou advogado, pós-graduado (*lato* ou *stricto sensu*) em qualquer das seguintes áreas: Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Educacional, Direito Público; e

8.10.2.2. Pedagogo (Licenciatura de graduação plena ou habilitado em gestão escolar) ou profissional do magistério com habilitação em nível superior, habilitado para gestão escolar e pós-graduado (*lato* ou *stricto sensu*) em qualquer das seguintes áreas: Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, Gestão de Sistemas Educacionais, Gestão Democrática e Participação Social em Educação, Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.

8.10.3. Para cada um dos profissionais indicados pela proponente, ela deverá apresentar, juntamente com a declaração de que trata o subitem 8.10.2 deste Termo de Referência:

- documento de identidade e registro profissional junto ao conselho de classe pertinente, quando for o caso;
- diploma(s) de graduação de nível superior, emitido(s) de acordo com a legislação de regência, por instituição de ensino superior devidamente credenciada e autorizada pelo MEC, e devidamente registrado;
- certificado(s) de conclusão ou diploma(s) de curso(s) ou programa(s) de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, emitido(s) de acordo com a legislação de regência, por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo MEC;
- certidão(ões) ou atestado(s) regularmente emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional ou que indiquem expressamente a sua atuação como consultor, técnico ou coordenador responsável pela execução de serviços similares de complexidade igual ou superior àqueles previstos no objeto da presente contratação, para comprovação de sua experiência;
- comprovação do vínculo entre o profissional e a empresa proponente, por qualquer meio lícito prescrito na Súmula TCESP nº 25;
- declaração emitida pelo profissional, demonstrando ciência e concordância com sua indicação, e comprometendo-se a estar disponível e responsabilizar-se pela prestação do serviço de modo pessoal e direto, caso a empresa seja contratada.

8.10.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

8.10.5. Para comprovação da experiência dos profissionais indicados será(ão) aceita(s) , portaria(s) de nomeação/designação para exercício de cargo(s), emprego(s) ou função(ões) pública(s) cujas atribuições e responsabilidades sejam similares e de complexidade equivalente ou superior, desde que expressas na respectiva portaria, ou comprovadas por norma de criação do posto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

8.10.6. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade das certidões ou atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, tanto daqueles que digam respeito à própria proponente quanto aos profissionais que indicar.

8.11. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11.4. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.11.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor;

8.11.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.11.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.12. Outros documentos:

8.12.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.12.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas de preços com 3 (três) prestadores dos serviços a serem contratados, em especial aquelas que já prestam serviços em municípios vizinhos.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi o valor médio entre os valores pesquisados.

9.3. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 62.280,00 (sessenta e dois mil, duzentos e oitenta reais), por um período de 12 (doze) meses.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 60	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	04.122.0002.2029.0003.3.90.35.00

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE **CÂNDIDO RODRIGUES**

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

Cândido Rodrigues, 26 de maio de 2025.

Silvia Elena Luquês

Secretária Municipal de Educação

